



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO – CAC
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS – LICENCIAURA

MARCOS JOSÉ PEREIRA DE LUCENA

**O Livro Didático de Língua Portuguesa na Educação Básica Brasileira: uma
Revisão Bibliográfica**

Recife
2025

MARCOS JOSÉ PEREIRA DE LUCENA

**O Livro Didático de Língua Portuguesa na Educação Básica Brasileira: uma
Revisão Bibliográfica**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Letras
português – licenciatura da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito
parcial para obtenção do título de
graduação.

Orientadora: Profa. Dra. Marcela Regina Vasconcelos da Silva Nascimento

Recife
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Lucena, Marcos José Pereira de.

O livro didático de língua portuguesa na educação básica brasileira: uma
revisão bibliográfica / Marcos José Pereira de Lucena. - Recife, 2025.
38 p.

Orientador(a): Marcela Regina Vasconcelos da Silva Nascimento
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Letras Português - Licenciatura,
2025.

Inclui referências.

1. Livro Didático. 2. Língua Portuguesa. 3. Ensino-Aprendizagem. 4.
Políticas Públicas. 5. Professor. I. Silva Nascimento, Marcela Regina
Vasconcelos da . (Orientação). II. Título.

400 CDD (22.ed.)


MARCOS JOSÉ PEREIRA DE LUCENA

**O Livro Didático de Língua Portuguesa na Educação Básica Brasileira: uma
Revisão Bibliográfica**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Letras
português - licenciatura da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito
parcial para obtenção do título de
graduação.


Aprovado em: 19/12/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARCELA REGINA VASCONCELOS DA SILVA NAS**
Data: 12/01/2026 17:09:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Marcela Regina Vasconcelos da Silva Nascimento (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Documento assinado digitalmente
 **NÍDIA NUNES MÁXIMO**
Data: 12/01/2026 22:52:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Nídia Nunes Máximo (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho, com profunda gratidão, à minha esposa, que sempre esteve presente em todos os momentos da minha trajetória acadêmica, oferecendo apoio, incentivo e compreensão incondicionais. A vocês, que acreditaram em mim mesmo diante das dificuldades (uma delas a minha deficiência física – paraplegia), que compartilharam sonhos e fortaleceram minha caminhada, deixo registrada esta humilde homenagem.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho representa a conclusão de uma importante etapa acadêmica, marcada por desafios, aprendizados e amadurecimento intelectual. Nesse percurso, diversas pessoas contribuíram direta ou indiretamente para que esta monografia se tornasse possível, razão pela qual expresso aqui meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente, agradeço a Deus, pela vida, pela saúde e pela força concedida ao longo de toda a trajetória acadêmica, especialmente nos momentos de maior dificuldade, nos quais a perseverança e a fé foram fundamentais para seguir adiante.

A minha esposa e a minha família, manifesto minha profunda gratidão pelo apoio incondicional, pela compreensão nos momentos de ausência e pelo incentivo constante durante todo o processo de formação. O suporte emocional, a confiança e o estímulo recebidos foram essenciais para que eu pudesse concluir esta etapa com êxito.

Agradeço aos professores que contribuíram para minha formação acadêmica, compartilhando conhecimentos, experiências e reflexões que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Em especial, registro minha gratidão à Profa. Dra. Marcela Regina Vasconcelos por ter aceitado ser minha orientadora. Ela foi uma pessoa muito importante e empática comigo, desde o primeiro contato no presencial até a culminação no EAD.

Estendo meus agradecimentos aos colegas de curso, que compartilharam experiências, angústias e conquistas ao longo da graduação, tornando a caminhada acadêmica mais leve e enriquecedora. O convívio, as trocas de conhecimento e o apoio mútuo foram elementos de extrema relevância nesse processo formativo. Irei levar alguns eternamente em meu coração.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, colaboraram para a concretização deste trabalho, seja por meio de palavras de incentivo, apoio emocional ou contribuições acadêmicas. A todos, minha humilde gratidão.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

Paulo Freire.

RESUMO

O livro didático de Língua Portuguesa ocupa lugar central no processo de ensino e aprendizagem na educação básica brasileira, configurando-se como um dos principais instrumentos pedagógicos utilizados por professores e alunos. Esta monografia, de caráter qualitativo e fundamentada em uma revisão bibliográfica, teve como objetivo analisar o papel do livro didático de Língua Portuguesa no contexto educacional brasileiro, considerando sua evolução histórica, sua relação com as políticas públicas educacionais, as concepções de linguagem que o orientam e o papel do professor em seu uso pedagógico. O estudo apoiou-se em contribuições teóricas de autores da área da Educação, da Linguística Aplicada e da História do Livro Didático, como Lajolo, Bittencourt, Batista, Geraldi, Marcuschi, Soares, Munakata, entre outros, além de documentos oficiais do Ministério da Educação, como os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A pesquisa evidenciou que o livro didático não é um material neutro, mas um objeto cultural e histórico que reflete concepções pedagógicas, linguísticas e ideológicas próprias de seu tempo. Ao longo de sua trajetória no Brasil, o livro didático de Língua Portuguesa passou por transformações significativas, acompanhando mudanças nas teorias linguísticas e nas políticas educacionais, especialmente a partir da valorização da linguagem como prática social. Observou-se que, embora os livros didáticos contemporâneos apresentem avanços, como a incorporação dos gêneros textuais, das práticas de leitura e escrita contextualizadas e da análise linguística, ainda persistem limitações decorrentes da padronização dos conteúdos e da coexistência de abordagens tradicionais e inovadoras. Conclui-se que o papel do professor é fundamental para a utilização crítica e reflexiva do livro didático, cabendo-lhe mediar o processo de ensino-aprendizagem, adaptar o material às realidades dos alunos e ampliar as possibilidades pedagógicas a partir de outros recursos. Assim, o livro didático deve ser compreendido como um apoio ao trabalho docente, e não como um manual prescritivo, sendo indispensável a formação crítica do professor para que esse material contribua efetivamente para o desenvolvimento das competências linguísticas e discursivas dos estudantes.

Palavras-chave: livro didático; língua portuguesa; ensino-aprendizagem; políticas públicas; professor.

ABSTRACT

The Portuguese Language textbook occupies a central place in the teaching and learning process in Brazilian basic education, constituting one of the main pedagogical instruments used by teachers and students. This monograph, of a qualitative nature and based on a bibliographic review, aimed to analyze the role of the Portuguese Language textbook in the Brazilian educational context, considering its historical evolution, its relationship with educational public policies, the conceptions of language that guide it, and the role of the teacher in its pedagogical use. The study relied on theoretical contributions from authors in the fields of Education, Applied Linguistics, and the History of Textbooks, such as Lajolo, Bittencourt, Batista, Geraldi, Marcuschi, Soares, Munakata, among others, as well as official documents from the Ministry of Education, such as the National Curriculum Parameters and the National Textbook Program (PNLD). The research showed that textbooks are not neutral materials, but cultural and historical objects that reflect pedagogical, linguistic, and ideological conceptions specific to their time. Throughout its history in Brazil, the Portuguese language textbook has undergone significant transformations, keeping pace with changes in linguistic theories and educational policies, especially since the increased value placed on language as a social practice. It was observed that, although contemporary textbooks show advancements such as the incorporation of textual genres, contextualized reading and writing practices, and linguistic analysis, limitations persist due to the standardization of content and the coexistence of traditional and innovative approaches. It is concluded that the teacher's role is fundamental for the critical and reflective use of textbooks, as they are responsible for mediating the teaching-learning process, adapting the material to the students' realities, and expanding pedagogical possibilities through other resources. Thus, the textbook should be understood as a support for teaching work, and not as a prescriptive manual, and the critical training of the teacher is essential so that this material effectively contributes to the development of students' linguistic and discursive skills.

Keywords: textbook; portuguese language; teaching-learning; public policies; teacher.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	9
1.2 JUSTIFICATIVA.....	10
1.3 PROBLEMA DE PESQUISA.....	11
1.4 OBJETIVOS.....	12
1.4.1 OBJETIVO GERAL.....	12
1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
2 METODOLOGIA.....	13
2.1 TIPO DE PESQUISA.....	13
2.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	14
2.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	15
2.4 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS FONTES BIBLIOGRÁFICAS.....	16
3 O LIVRO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	17
3.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL	17
3.2 O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS.....	19
3.3 O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD).....	20
4 O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	22
4.1 CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM PRESENTES NO LIVRO DIDÁTICO	22
4.2 O ENSINO DE LEITURA E ESCRITA NOS LIVROS DIDÁTICOS.....	24
4.3 GÊNEROS TEXTUAIS E PRÁTICAS DISCURSIVAS.....	25
4.4 GRAMÁTICA, ANÁLISE LINGUÍSTICA E USO DA LÍNGUA.....	25
5 O PAPEL DO PROFESSOR NO USO DO LIVRO DIDÁTICO.....	27
5.1 O PROFESSOR COMO MEDIADOR DO CONHECIMENTO	27

5.2 USO CRÍTICO E REFLEXIVO DO LIVRO DIDÁTICO.....	28
5.3 LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES DO MATERIAL DIDÁTICO.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

O livro didático de Língua Portuguesa ocupa, historicamente, um lugar de destaque no contexto da educação básica brasileira, configurando-se como um dos principais instrumentos mediadores do processo de ensino-aprendizagem. Sua presença nas salas de aula, tanto da rede pública quanto da privada, consolidou-se ao longo do tempo como elemento estruturador das práticas pedagógicas, influenciando diretamente a seleção de conteúdos, a organização curricular e as metodologias adotadas pelos professores. Conforme apontam Almeida Filho (2007) e Bittencourt (2003), o livro didático não deve ser compreendido apenas como um recurso pedagógico neutro, mas como um objeto histórico, cultural e ideológico, que expressa concepções de ensino, de linguagem e de sociedade vigentes em determinado período.

A consolidação do livro didático no Brasil está intrinsecamente relacionada ao processo de expansão do sistema educacional e à necessidade de padronização mínima dos conteúdos escolares. Batista (1999) ressalta que o livro didático é um objeto variável e instável, pois acompanha as transformações sociais, políticas e educacionais, adaptando-se às diferentes demandas do ensino. Nesse sentido, o livro didático de Língua Portuguesa reflete as mudanças ocorridas nas concepções de linguagem e de ensino da língua materna, transitando de uma abordagem predominantemente normativa e gramatical para perspectivas mais discursivas e interacionistas.

As políticas públicas educacionais desempenham papel fundamental nesse processo, especialmente por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), responsável pela avaliação, seleção e distribuição gratuita de livros didáticos às escolas públicas brasileiras. Segundo Batista (2003), o PNLD exerce forte influência sobre a produção editorial, estabelecendo critérios que orientam a organização dos conteúdos, a escolha dos gêneros textuais e as propostas metodológicas presentes nos livros didáticos. Dessa forma, o livro didático de Língua Portuguesa passa a ser não apenas um recurso didático, mas também um instrumento de implementação das diretrizes curriculares nacionais.

No campo do ensino de Língua Portuguesa, as discussões acerca do livro didático ganharam maior relevância a partir dos avanços dos estudos linguísticos e

da Linguística Aplicada. Autores como Geraldi (1997), Soares (1998) e Marcuschi (2001) defendem uma concepção de linguagem como prática social, na qual a língua é compreendida como instrumento de interação e produção de sentidos. Essa perspectiva impactou diretamente a elaboração dos livros didáticos, que passaram a incorporar atividades voltadas à leitura, à escrita, à oralidade e à análise linguística de forma integrada, privilegiando o trabalho com gêneros textuais e situações reais de uso da língua.

Entretanto, apesar desses avanços, diversos estudos apontam que o livro didático ainda apresenta limitações, seja pela forma como determinados conteúdos são abordados, seja pela distância entre as propostas teóricas e as práticas efetivamente desenvolvidas em sala de aula (RANGEL, 2002; TAGLIANI, 2011). Assim, torna-se necessário analisar criticamente o papel do livro didático de Língua Portuguesa, considerando tanto suas contribuições quanto seus limites no processo de ensino-aprendizagem.

1.2 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema deste Trabalho de Conclusão de Curso justifica-se pela relevância do livro didático de Língua Portuguesa no contexto educacional brasileiro e pela necessidade de aprofundar reflexões críticas acerca de seu uso no ensino da língua materna. O livro didático, conforme destaca Lajolo (1996), é um material amplamente utilizado, mas que exige do professor uma postura crítica e reflexiva, a fim de que não seja tratado como um manual fechado e absoluto.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo do livro didático contribui para a compreensão das concepções de linguagem, currículo e ensino que permeiam a educação básica. Bittencourt (2003) e Choppin (2004) enfatizam que o livro didático constitui uma importante fonte de pesquisa para a História da Educação, pois permite analisar as práticas escolares, as políticas públicas e os discursos pedagógicos ao longo do tempo. Nesse sentido, investigar o livro didático de Língua Portuguesa possibilita compreender como se construiu historicamente o ensino da língua no Brasil.

Além disso, a justificativa deste trabalho também se apoia na formação inicial de professores de Língua Portuguesa. Considerando que muitos docentes iniciantes tendem a utilizar o livro didático como principal, ou até único, recurso pedagógico,

torna-se fundamental discutir seus limites e possibilidades. Carneiro, Santos e Mól (2005) destacam que existe uma tensão entre propostas inovadoras presentes nos livros didáticos e as práticas consolidadas dos professores, o que reforça a necessidade de uma formação docente que promova o uso consciente e crítico desses materiais.

Sob o ponto de vista social e educacional, o livro didático de Língua Portuguesa assume papel central na democratização do acesso ao conhecimento, especialmente nas escolas públicas, onde muitas vezes representa o principal material disponível para alunos e professores. Entretanto, como apontam Soares (2002) e Munakata (1998), esse material também pode reproduzir desigualdades, estereótipos e concepções restritivas de língua e cultura, caso não seja analisado criticamente. Assim, discutir o livro didático é também discutir a qualidade da educação e o direito à formação linguística crítica e cidadã.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante da centralidade do livro didático de Língua Portuguesa no ensino da educação básica e das múltiplas concepções teóricas e metodológicas que o permeiam, emerge a necessidade de problematizar seu papel no processo de ensino-aprendizagem. Embora as políticas públicas, como o PNLD, busquem garantir a qualidade dos materiais distribuídos, estudos indicam que ainda há desafios relacionados à efetiva articulação entre teoria e prática pedagógica (BATISTA, 2003; ROJO, 2003).

Nesse contexto, o problema de pesquisa que orienta este trabalho pode ser formulado da seguinte maneira: **de que forma a literatura acadêmica tem discutido o papel do livro didático de Língua Portuguesa no ensino da língua materna na educação básica brasileira, considerando suas concepções de linguagem, suas contribuições e suas limitações?**

A partir desse questionamento central, busca-se compreender como o livro didático é concebido nos estudos acadêmicos, quais críticas são recorrentes e quais possibilidades são apontadas para seu uso pedagógico. Conforme destaca Ota (2009), analisar o livro didático de Língua Portuguesa implica compreender não apenas seu conteúdo, mas também os discursos que o constituem e as práticas que ele engendra no cotidiano escolar.

1.4 OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho foram definidos a partir do problema de pesquisa proposto e visam orientar o desenvolvimento da revisão bibliográfica, delimitando o foco da investigação.

1.4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar, por meio de uma revisão bibliográfica, o papel do livro didático de Língua Portuguesa no ensino da língua materna na educação básica brasileira, considerando suas concepções de linguagem, sua relação com as políticas públicas educacionais e suas contribuições e limitações no processo de ensino-aprendizagem.

1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender a evolução histórica do livro didático no contexto da educação brasileira, a partir de estudos da História da Educação;
- Identificar as principais concepções de linguagem presentes nos livros didáticos de Língua Portuguesa, conforme discutidas pela literatura especializada;
- Analisar a influência das políticas públicas educacionais, especialmente do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), na produção e no uso dos livros didáticos de Língua Portuguesa;
- Discutir as contribuições e limitações do livro didático de Língua Portuguesa no desenvolvimento das competências de leitura, escrita e oralidade;
- Refletir sobre o papel do professor como mediador no uso crítico e reflexivo do livro didático em sala de aula.

2 METODOLOGIA

A metodologia constitui uma etapa fundamental de qualquer trabalho científico, pois é por meio dela que se explicitam os caminhos percorridos para a construção do conhecimento, assegurando rigor, coerência e validade acadêmica à pesquisa. No caso desta monografia, cujo foco recai sobre o livro didático de Língua Portuguesa, optou-se por um percurso metodológico compatível com os objetivos propostos e com a natureza do objeto investigado, considerando o livro didático como um artefato pedagógico, cultural e histórico, amplamente discutido na literatura educacional brasileira.

Dessa forma, esta pesquisa foi delineada a partir de uma abordagem bibliográfica e qualitativa, apoiada em autores da área de Educação, Linguística Aplicada, História da Educação e estudos sobre políticas públicas educacionais. A seguir, apresentam-se detalhadamente o tipo de pesquisa, a abordagem metodológica, os procedimentos de coleta de dados e os critérios utilizados para a seleção das fontes bibliográficas.

2.1 TIPO DE PESQUISA

A presente investigação caracteriza-se como uma **pesquisa bibliográfica**, de natureza **teórica**, desenvolvida sob a forma de uma **revisão bibliográfica**. Esse tipo de pesquisa tem como finalidade reunir, analisar e discutir produções acadêmicas já existentes sobre determinado tema, possibilitando a compreensão do estado da arte e das principais contribuições teóricas acerca do objeto de estudo.

Segundo Godoy (1995), a pesquisa bibliográfica constitui uma modalidade essencial nos estudos qualitativos, especialmente quando o pesquisador busca interpretar conceitos, discursos e práticas a partir de produções científicas consolidadas. No âmbito da Educação e do ensino de Língua Portuguesa, a pesquisa bibliográfica mostra-se particularmente pertinente, uma vez que o livro didático é um objeto amplamente debatido sob múltiplas perspectivas, como a histórica, a pedagógica, a discursiva e a política (BITTENCOURT, 2003; CHOPPIN, 2004).

Autores como Lajolo (1996) e Batista (1999) ressaltam que o livro didático não é um material neutro ou estático, mas um objeto variável, instável e historicamente situado, o que reforça a necessidade de estudos que recuperem e analisem criticamente as produções acadêmicas que tratam desse tema. Assim, ao optar por uma pesquisa bibliográfica, este trabalho busca compreender como o livro didático de Língua Portuguesa tem sido concebido, avaliado e utilizado ao longo do tempo, bem como quais concepções de linguagem e de ensino o sustentam.

Além disso, por se tratar de uma monografia de revisão bibliográfica, não houve a aplicação de instrumentos de coleta de dados empíricos, como questionários ou entrevistas. O foco do estudo concentra-se exclusivamente na análise de fontes teóricas e documentais, procedimento amplamente reconhecido e legitimado no campo científico, conforme aponta Raupp (2002).

2.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa é **qualitativa**, uma vez que busca compreender sentidos, interpretações, concepções e discursos presentes nas produções acadêmicas sobre o livro didático de Língua Portuguesa. A pesquisa qualitativa, de acordo com Godoy (1995), privilegia a interpretação aprofundada dos fenômenos sociais e educacionais, considerando seus contextos históricos, culturais e ideológicos.

No campo da Linguística Aplicada, Moita Lopes (1994) defende que a abordagem qualitativa permite compreender a linguagem como prática social, o que se mostra fundamental para analisar o livro didático de Língua Portuguesa, uma vez que esse material reflete determinadas concepções de língua, sujeito e ensino. Geraldi (1997) e Soares (1998) reforçam essa perspectiva ao destacarem que o ensino de Língua Portuguesa deve ser entendido como prática discursiva e social, e não apenas como transmissão de normas gramaticais.

A abordagem qualitativa também se articula aos estudos da História Cultural e da História da Educação, campos teóricos que compreendem o livro didático como um produto cultural e histórico. Chartier (1990; 1999) enfatiza que os livros, incluindo os didáticos, devem ser analisados a partir das práticas e representações que os constituem, considerando os contextos de produção, circulação e uso. De modo

semelhante, Choppin (2002; 2004) destaca que o livro escolar é um objeto privilegiado para compreender as relações entre educação, política e cultura.

Nesse sentido, a abordagem qualitativa permitiu a análise crítica das obras selecionadas, buscando identificar recorrências temáticas, convergências teóricas e divergências conceituais entre os autores. Essa perspectiva também possibilitou refletir sobre as transformações ocorridas no livro didático de Língua Portuguesa ao longo do tempo, especialmente no que se refere às políticas públicas, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e às mudanças nas concepções de linguagem e ensino.

2.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os procedimentos de coleta de dados consistiram no levantamento sistemático de fontes bibliográficas e documentais relacionadas ao livro didático de Língua Portuguesa. Inicialmente, realizou-se uma busca exploratória com o objetivo de identificar autores e obras de referência na área, tais como Lajolo (1996), Batista (1999; 2003), Bittencourt (2003), Munakata (1998; 2003), Geraldi (1997), Soares (1998; 2002), Marcuschi (2001; 2012) e Rojo (2003).

Na sequência, procedeu-se à seleção de livros, capítulos de livros, artigos científicos publicados em periódicos especializados, bem como dissertações e teses que abordam o livro didático sob diferentes enfoques. Também foram incluídos documentos oficiais elaborados pelo Ministério da Educação, como os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa e os Guias do PNLD, por se tratarem de materiais normativos que orientam a produção, a avaliação e o uso dos livros didáticos no contexto escolar brasileiro.

As fontes foram obtidas por meio de bibliotecas físicas e digitais, repositórios institucionais, bases de dados acadêmicas e sites oficiais. Após o levantamento, realizou-se uma leitura exploratória das obras, seguida de leituras seletivas e analíticas, com o objetivo de identificar conceitos centrais, categorias teóricas e contribuições relevantes para o desenvolvimento da pesquisa.

Durante esse processo, foram realizados fichamentos das obras, destacando ideias principais, argumentos centrais e trechos significativos, procedimento fundamental para a organização e sistematização dos dados bibliográficos. Conforme apontam Reinaldo (2003) e Raupp (2002), o fichamento contribui para a

construção de uma análise mais consistente, favorecendo o diálogo entre diferentes autores e perspectivas teóricas.

2.4 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS FONTES BIBLIOGRÁFICAS

A seleção das fontes bibliográficas seguiu critérios previamente definidos, com o objetivo de garantir a qualidade, a relevância e a pertinência acadêmica das obras analisadas. O primeiro critério adotado foi a **relevância temática**, ou seja, foram selecionadas apenas obras que abordam diretamente o livro didático, o ensino de Língua Portuguesa, as políticas públicas educacionais ou as concepções de linguagem e letramento.

Outro critério considerado foi o **reconhecimento acadêmico dos autores**, priorizando pesquisadores amplamente citados na área de Educação e Linguística Aplicada, como Lajolo (1996), Batista (1999), Bittencourt (2003), Geraldi (1997), Soares (1998), Marcuschi (2001) e Rojo (2003). Também foram incluídos estudos clássicos e contemporâneos que contribuem para a compreensão histórica e crítica do livro didático, conforme defendem Chartier (1990) e Choppin (2004).

Além disso, levou-se em conta a **diversidade de abordagens teóricas**, buscando contemplar estudos que analisam o livro didático sob diferentes perspectivas, como a histórica, a discursiva, a pedagógica e a política. Essa diversidade possibilitou uma análise mais ampla e crítica do objeto de estudo, evitando uma visão reducionista ou homogênea sobre o livro didático de Língua Portuguesa.

Por fim, considerou-se a **atualidade e a relevância institucional** das fontes, especialmente no caso dos documentos oficiais, como os PCN e os Guias do PNLD, que exercem forte influência sobre a produção e o uso dos livros didáticos no Brasil. Esses critérios asseguraram que a revisão bibliográfica realizada fosse consistente, fundamentada e alinhada aos objetivos propostos neste trabalho.

3 O LIVRO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O livro didático ocupa um lugar central na história da educação brasileira, configurando-se como um dos principais instrumentos mediadores do processo de ensino-aprendizagem. Sua presença nas salas de aula atravessa diferentes períodos históricos, acompanhando transformações sociais, políticas, econômicas e pedagógicas. Longe de ser um simples suporte de conteúdos, o livro didático constitui-se como um objeto cultural, histórico e ideológico, que reflete concepções de ensino, de linguagem, de conhecimento e de sujeito em determinados contextos históricos (LAJOLO, 1996; BITTENCOURT, 2003).

Diversos estudos apontam que o livro didático não pode ser compreendido de forma isolada, uma vez que sua produção, circulação e uso estão diretamente relacionados às políticas públicas educacionais, às demandas do sistema escolar e às disputas simbólicas presentes no campo educacional (CHOPPIN, 2004; MUNAKATA, 1998). Nesse sentido, analisar o livro didático na educação brasileira implica considerar sua trajetória histórica, o papel do Estado na sua regulamentação e os programas governamentais responsáveis por sua distribuição, especialmente o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Este capítulo tem como objetivo discutir o livro didático na educação brasileira a partir de três eixos centrais: a evolução histórica desse material no Brasil, o papel das políticas públicas educacionais em sua consolidação e o PNLD como principal política de avaliação e distribuição de livros didáticos no país.

3.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

A história do livro didático no Brasil está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento do sistema educacional e à própria constituição da escola enquanto instituição social. De acordo com Bittencourt (2003), os primeiros livros utilizados com fins pedagógicos no Brasil surgiram ainda no período colonial, fortemente influenciados por modelos europeus, especialmente portugueses. Esses materiais tinham como principal função a catequese e a transmissão de valores religiosos, sendo utilizados sobretudo pelos jesuítas.

Durante o período imperial, observa-se uma ampliação gradual da produção de materiais didáticos, impulsionada pela organização do ensino público e pela criação das primeiras leis educacionais. No entanto, conforme apontam Munakata (1998) e Pfromm Netto, Dib e Rosamilha (1974), os livros utilizados nesse período ainda eram escassos, caros e restritos a uma pequena parcela da população, refletindo as desigualdades sociais e educacionais do país.

A partir do final do século XIX e início do século XX, com a consolidação da escola moderna e a expansão do ensino primário, o livro didático passa a assumir um papel mais estruturado no cotidiano escolar. Segundo Batista (1999), esse período marca o início da padronização dos conteúdos escolares e da crescente valorização do livro didático como principal referência para professores e alunos. O livro escolar passa, então, a organizar o currículo, definir sequências de conteúdos e orientar práticas pedagógicas.

Nesse contexto, o livro didático de Língua Portuguesa ganha destaque, acompanhando as transformações nas concepções de linguagem e de ensino. Farias (2010) demonstra que, ao longo do século XX, os manuais de Língua Portuguesa refletem mudanças discursivas significativas, passando de uma abordagem predominantemente normativa e prescritiva para perspectivas que incorporam, ainda que de forma gradual, elementos do uso da língua e da produção textual.

Durante o período do Estado Novo e, posteriormente, da ditadura militar, o livro didático assume também uma função ideológica explícita. De acordo com Deiró (1978), os textos didáticos desse período estavam impregnados de valores políticos e morais alinhados ao projeto de Estado, reforçando uma visão homogênea de sociedade e silenciando vozes dissidentes. Munakata (1998) destaca que os livros didáticos funcionavam como instrumentos de legitimação do discurso oficial, contribuindo para a construção de uma memória histórica controlada.

A partir da redemocratização do país, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, intensificam-se os debates sobre o papel do livro didático na educação brasileira. Autores como Lajolo (1996) e Bittencourt (2003) ressaltam que esse período é marcado por uma crescente problematização do livro didático, que passa a ser analisado não apenas como um recurso pedagógico, mas como um objeto de pesquisa acadêmica.

Nesse cenário, ganham espaço estudos que investigam o livro didático sob diferentes perspectivas: histórica, discursiva, ideológica e pedagógica. Chartier (1990; 1999) contribui significativamente ao propor uma abordagem que considera as práticas de leitura e as representações associadas aos livros, enfatizando que os sentidos produzidos pelo livro didático não estão apenas no texto, mas também nas formas como ele é utilizado na escola.

Assim, a evolução histórica do livro didático no Brasil revela um percurso marcado por continuidades e rupturas, no qual esse material se consolida como elemento central da cultura escolar, ao mesmo tempo em que reflete as tensões e disputas presentes no campo educacional.

3.2 O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

As políticas públicas educacionais desempenham um papel fundamental na consolidação do livro didático como principal instrumento pedagógico nas escolas brasileiras. Desde o início do século XX, o Estado brasileiro passou a assumir progressivamente a responsabilidade pela regulamentação, avaliação e distribuição dos livros didáticos, reconhecendo sua importância para a universalização do ensino (BITTENCOURT, 2003).

Segundo Choppin (2004), o envolvimento do Estado na produção e no controle dos livros escolares não é um fenômeno exclusivo do Brasil, mas assume características específicas em países marcados por profundas desigualdades sociais. No caso brasileiro, as políticas públicas relacionadas ao livro didático visam, sobretudo, garantir o acesso ao material didático por parte dos estudantes da rede pública, contribuindo para a democratização do ensino.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) representam um marco importante nesse processo, ao estabelecerem diretrizes para o ensino de Língua Portuguesa e influenciarem diretamente a produção dos livros didáticos. De acordo com Soares (1998), os PCN introduzem uma concepção de linguagem baseada no uso social da língua, no letramento e nos gêneros textuais, o que impacta significativamente a organização dos conteúdos nos livros didáticos.

Nesse contexto, o livro didático passa a ser orientado por princípios que valorizam a leitura, a produção de textos e a reflexão sobre a linguagem em uso, ainda que, conforme apontam Rangel (2002) e Rojo (2003), essas mudanças nem

sempre se concretizem plenamente nas práticas escolares. Muitas vezes, persistem abordagens tradicionais, centradas na gramática normativa, revelando tensões entre as propostas oficiais e a efetiva utilização do livro didático.

Marcuschi (2012) destaca que as políticas públicas educacionais contribuem para a ampliação das perspectivas de ensino presentes nos livros didáticos, ao incorporarem discussões sobre oralidade, diversidade textual e práticas discursivas. No entanto, o autor ressalta que a simples presença dessas orientações nos documentos oficiais não garante sua efetivação, sendo fundamental o papel do professor como mediador crítico do material didático.

Além disso, estudos como os de Carneiro, Santos e Mól (2005) evidenciam que as políticas públicas, ao mesmo tempo em que promovem inovações nos livros didáticos, também geram tensões no cotidiano escolar, especialmente quando os professores não se sentem preparados para lidar com propostas pedagógicas mais complexas ou distantes de suas formações iniciais.

Dessa forma, as políticas públicas educacionais exercem influência decisiva sobre o livro didático, tanto no que se refere à sua produção quanto ao seu uso. Elas orientam concepções de ensino, definem critérios de avaliação e condicionam práticas pedagógicas, evidenciando que o livro didático é resultado de escolhas políticas e pedagógicas, e não um material neutro ou meramente técnico.

3.3 O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) constitui-se como a principal política pública brasileira voltada à avaliação, aquisição e distribuição de livros didáticos para a educação básica. Criado com o objetivo de garantir o acesso universal ao material didático, o PNLD desempenha um papel central na organização do ensino e na definição dos materiais utilizados nas escolas públicas.

De acordo com Batista (2003), o PNLD representa um avanço significativo na política educacional brasileira, ao estabelecer critérios sistemáticos de avaliação dos livros didáticos, envolvendo especialistas das áreas específicas e buscando assegurar a qualidade pedagógica dos materiais distribuídos. O programa também contribui para a padronização mínima dos conteúdos, alinhando-os às diretrizes curriculares nacionais.

Os Guias do Livro Didático, elaborados no âmbito do PNLD, orientam professores e gestores escolares na escolha dos materiais, apresentando análises detalhadas das obras aprovadas. No caso da Língua Portuguesa, esses guias enfatizam aspectos como concepções de linguagem, trabalho com gêneros textuais, leitura, escrita, oralidade e análise linguística.

Autores como Rojo (2003) e Marcuschi (2012) destacam que o PNLD tem contribuído para a ampliação das abordagens teórico-metodológicas presentes nos livros didáticos de Língua Portuguesa, incorporando perspectivas do letramento e da Linguística Textual. No entanto, esses autores também alertam para o risco de uma utilização acrítica do livro didático, especialmente quando ele passa a ser visto como único guia do trabalho docente.

Miranda e Luca (2004) ressaltam que, embora o PNLD represente um importante mecanismo de democratização do acesso ao livro didático, ele também exerce forte influência sobre o mercado editorial, condicionando a produção dos materiais às exigências do programa. Esse processo pode resultar em certa homogeneização dos livros didáticos, limitando a diversidade de propostas pedagógicas.

Nesse sentido, Lajolo (1996) afirma que o livro didático, ao ser incorporado às políticas públicas, assume uma dupla função: por um lado, democratiza o acesso ao conhecimento; por outro, pode restringir a autonomia docente, caso seja utilizado de forma prescritiva. Daí a importância de uma formação docente que capacite o professor a utilizar o livro didático como instrumento mediador, e não como manual absoluto.

Assim, o PNLD configura-se como uma política pública de grande impacto na educação brasileira, influenciando diretamente a produção, a seleção e o uso dos livros didáticos. Sua análise revela tanto avanços significativos no acesso e na qualidade dos materiais quanto desafios relacionados à autonomia pedagógica e à diversidade de práticas educativas.

4 O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA

O livro didático de Língua Portuguesa ocupa um lugar de destaque no cotidiano escolar brasileiro, sendo, em muitos contextos, o principal — e por vezes o único — material pedagógico utilizado por professores e estudantes. Sua relevância ultrapassa a função de simples suporte de conteúdos, pois ele organiza o currículo, orienta práticas pedagógicas e materializa concepções de linguagem, de ensino e de aprendizagem que circulam no campo educacional. Conforme afirmam Lajolo (1996) e Batista (1999), o livro didático constitui-se como um objeto cultural complexo, marcado por disputas teóricas, políticas e ideológicas.

No caso específico da Língua Portuguesa, o livro didático reflete transformações significativas nas concepções de linguagem e de ensino ocorridas ao longo do século XX e início do século XXI. Essas mudanças são resultado tanto do avanço dos estudos linguísticos quanto das políticas públicas educacionais que passaram a orientar a produção e a avaliação dos materiais didáticos, especialmente a partir da implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e do Programa Nacional do Livro Didático.

Este capítulo tem como objetivo analisar o livro didático de Língua Portuguesa a partir de quatro eixos centrais: as concepções de linguagem que o fundamentam, o ensino de leitura e escrita, o trabalho com gêneros textuais e práticas discursivas, e a abordagem da gramática e da análise linguística. Esses aspectos são fundamentais para compreender o papel do livro didático na formação linguística dos estudantes e suas implicações para o ensino da língua materna.

4.1 CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM PRESENTES NO LIVRO DIDÁTICO

As concepções de linguagem presentes no livro didático de Língua Portuguesa exercem influência direta sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. De acordo com Soares (1998), toda proposta de ensino de língua está ancorada em uma determinada concepção de linguagem, que orienta a seleção de conteúdos, a organização das atividades e a forma como o aluno é concebido no processo de aprendizagem.

Historicamente, os livros didáticos de Língua Portuguesa foram marcados por uma concepção normativa e estrutural da língua, entendida como um sistema fechado de regras a serem memorizadas e reproduzidas. Essa perspectiva, predominante até meados do século XX, privilegiava o ensino da gramática normativa, o estudo de modelos literários consagrados e a correção linguística, desconsiderando, em grande medida, os usos sociais da língua (GERALDI, 1997; FARIAS, 2010).

Segundo Geraldi (1997), essa concepção de linguagem como código resultava em práticas pedagógicas centradas na repetição de exercícios mecânicos e na valorização do erro como falha individual do aluno. O livro didático, nesse contexto, funcionava como um manual prescritivo, reforçando uma visão homogênea e idealizada da língua portuguesa.

Com o avanço dos estudos linguísticos e da Linguística Aplicada, especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990, observa-se uma mudança gradual nas concepções de linguagem presentes nos livros didáticos. Passa-se a adotar, ainda que de forma não linear, uma concepção interacionista e discursiva da linguagem, compreendida como prática social e histórica (MOITA LOPES, 1994; SOARES, 2002).

Essa nova perspectiva concebe a língua como instrumento de interação social, por meio do qual os sujeitos constroem sentidos e se posicionam no mundo. Marcuschi (2001) destaca que essa concepção implica considerar a diversidade linguística, os diferentes gêneros textuais e os contextos de uso da língua, aspectos que começam a ser incorporados nos livros didáticos mais recentes.

Entretanto, diversos estudos apontam que essas mudanças nem sempre se concretizam plenamente nos materiais didáticos. Rangel (2002) e Rojo (2003) observam que muitos livros apresentam uma coexistência de concepções, combinando propostas discursivas com práticas tradicionais de ensino gramatical. Essa heterogeneidade revela tensões entre discursos inovadores e práticas pedagógicas consolidadas, refletindo disputas no campo educacional.

Assim, as concepções de linguagem presentes no livro didático de Língua Portuguesa não são homogêneas, mas resultam de um processo histórico marcado por continuidades e rupturas, no qual diferentes perspectivas teóricas coexistem e disputam espaço.

4.2 O ENSINO DE LEITURA E ESCRITA NOS LIVROS DIDÁTICOS

O ensino de leitura e escrita constitui um dos eixos centrais do livro didático de Língua Portuguesa, sendo amplamente discutido na literatura educacional. De acordo com Silva (1998), a leitura deve ser compreendida como prática social crítica, capaz de possibilitar ao aluno a construção de sentidos e a participação ativa na sociedade.

Historicamente, os livros didáticos privilegiaram uma concepção de leitura centrada na decodificação e na compreensão literal dos textos. Essa abordagem limitava-se, em grande parte, à identificação de informações explícitas e à reprodução de respostas consideradas corretas, desconsiderando os processos interpretativos e a dimensão crítica da leitura (LAJOLO, 1996).

Com a incorporação das contribuições dos estudos sobre letramento, os livros didáticos passaram a enfatizar a leitura como prática social, envolvendo diferentes objetivos, gêneros e contextos de uso. Soares (1998) destaca que o letramento implica não apenas saber ler e escrever, mas utilizar a leitura e a escrita de forma significativa nas práticas sociais.

Nesse sentido, os livros didáticos mais recentes procuram diversificar os textos apresentados, incluindo gêneros jornalísticos, publicitários, digitais e literários, bem como propor atividades que estimulem a interpretação, a reflexão e o posicionamento crítico do aluno (ROJO, 2003; MARCUSCHI, 2012).

No que se refere à escrita, observa-se uma mudança gradual de uma abordagem centrada na reprodução de modelos para uma perspectiva que valoriza a produção textual como processo. Reinaldo (2003) ressalta que a produção de textos deve envolver etapas como planejamento, escrita, revisão e reescrita, permitindo ao aluno refletir sobre suas escolhas linguísticas.

Entretanto, estudos como os de Santos (2009) e Tagliani (2011) apontam que muitos livros didáticos ainda apresentam propostas de escrita excessivamente orientadas, com pouca abertura para a autoria do aluno. Em muitos casos, a escrita é tratada como exercício escolar desvinculado de práticas sociais reais, o que limita seu potencial formativo.

Dessa forma, embora os livros didáticos de Língua Portuguesa tenham avançado na abordagem da leitura e da escrita, persistem desafios relacionados à

efetivação de práticas pedagógicas que promovam a autonomia, a criticidade e o uso significativo da língua.

4.3 GÊNEROS TEXTUAIS E PRÁTICAS DISCURSIVAS

A incorporação dos gêneros textuais como eixo organizador do ensino de Língua Portuguesa representa uma das principais transformações observadas nos livros didáticos nas últimas décadas. Marcuschi (2001) define os gêneros textuais como formas relativamente estáveis de enunciados, vinculadas a situações comunicativas recorrentes na vida social.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais reforçam a importância do trabalho com gêneros textuais, ao enfatizarem que o ensino da língua deve estar voltado para o uso efetivo da linguagem em diferentes contextos sociais. Essa orientação influencia diretamente a produção dos livros didáticos, que passam a organizar seus conteúdos a partir de gêneros diversos.

Rojo (2003) observa que essa abordagem possibilita uma maior articulação entre leitura, escrita, oralidade e análise linguística, promovendo uma visão integrada do ensino de língua. Além disso, o trabalho com gêneros contribui para o desenvolvimento das competências comunicativas dos alunos, ao aproximar a escola das práticas sociais de linguagem.

No entanto, Marcuschi (2012) alerta que o simples uso de gêneros textuais nos livros didáticos não garante uma abordagem discursiva efetiva. Em muitos casos, os gêneros são tratados como modelos fixos, desconsiderando sua dimensão histórica, social e interacional. Essa abordagem pode esvaziar o potencial crítico do trabalho com gêneros, reduzindo-o a classificações e esquematizações.

Assim, o desafio dos livros didáticos de Língua Portuguesa consiste em articular o estudo dos gêneros textuais às práticas discursivas reais, considerando os contextos de produção, circulação e recepção dos textos, conforme defendem Geraldi (1997) e Marcuschi (2001).

4.4 GRAMÁTICA, ANÁLISE LINGUÍSTICA E USO DA LÍNGUA

A abordagem da gramática no livro didático de Língua Portuguesa tem sido objeto de intensos debates no campo educacional. Tradicionalmente, a gramática normativa ocupou um espaço central nos materiais didáticos, sendo apresentada

como conjunto de regras a serem memorizadas e aplicadas corretamente (GERALDI, 1997).

Com a ampliação das concepções discursivas de linguagem, surge a proposta de substituir o ensino exclusivamente normativo por uma abordagem de análise linguística, que considera a língua em uso e promove a reflexão sobre os efeitos de sentido produzidos pelas escolhas linguísticas (SOARES, 1998; GERALDI, 1997).

Rangel (2002) destaca que a análise linguística não exclui o estudo da gramática, mas o ressignifica, articulando-o às práticas de leitura e produção textual. Nesse sentido, a gramática deixa de ser um fim em si mesma e passa a ser um instrumento para a compreensão e a produção de textos.

Entretanto, estudos apontam que muitos livros didáticos ainda apresentam dificuldades em implementar essa proposta de forma consistente. Santos (2009) observa que, frequentemente, a análise linguística aparece de forma fragmentada, dissociada dos textos trabalhados, o que compromete sua eficácia pedagógica.

Marcuschi (2001) ressalta que o ensino de gramática deve estar orientado para o uso da língua em contextos reais, respeitando a diversidade linguística e evitando práticas discriminatórias. Essa perspectiva exige do professor uma postura crítica em relação ao livro didático, utilizando-o como instrumento mediador e não como manual prescritivo.

Assim, a abordagem da gramática no livro didático de Língua Portuguesa revela avanços significativos, mas também desafios persistentes, evidenciando a necessidade de uma utilização reflexiva e contextualizada desse material no ensino da língua materna.

5 O PAPEL DO PROFESSOR NO USO DO LIVRO DIDÁTICO

O livro didático ocupa posição central na organização do trabalho pedagógico nas escolas brasileiras, especialmente no ensino de Língua Portuguesa. Em muitos contextos educacionais, sobretudo na rede pública, esse material constitui o principal recurso didático disponível ao professor e aos estudantes. No entanto, sua utilização não pode ser compreendida como neutra ou automática, uma vez que o livro didático carrega concepções de linguagem, ensino e aprendizagem que influenciam diretamente as práticas pedagógicas. Nesse cenário, o papel do professor torna-se fundamental, pois é ele quem media a relação entre o material didático, o currículo e os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Diversos estudos apontam que o livro didático não substitui o professor, tampouco garante, por si só, a qualidade do ensino. Ao contrário, sua eficácia depende da forma como é utilizado em sala de aula, das escolhas pedagógicas realizadas pelo docente e de sua capacidade de problematizar, adaptar e complementar o material conforme as necessidades dos alunos (LAJOLO, 1996; GERALDI, 1997). Assim, discutir o papel do professor no uso do livro didático implica refletir sobre sua função como mediador do conhecimento, sobre a importância de um uso crítico e reflexivo do material e sobre as limitações e possibilidades que o livro didático apresenta no ensino de Língua Portuguesa.

5.1 O PROFESSOR COMO MEDIADOR DO CONHECIMENTO

O conceito de mediação pedagógica é central para compreender o papel do professor no processo de ensino-aprendizagem. Segundo Geraldi (1997), o professor não deve ser concebido como mero transmissor de conteúdos, mas como sujeito que cria condições para que os alunos construam conhecimentos, desenvolvam competências linguísticas e ampliem suas práticas de leitura e escrita. Nesse sentido, o livro didático é apenas um dos instrumentos que compõem o trabalho docente, não podendo assumir o lugar do professor.

A mediação do professor envolve a seleção, a organização e a contextualização dos conteúdos apresentados no livro didático. Mesmo quando o material é avaliado e distribuído por programas oficiais, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), cabe ao professor interpretar suas propostas, adequá-las

à realidade da turma e articular o conteúdo às experiências socioculturais dos alunos (BATISTA, 2003; ROJO, 2003).

Soares (1998) destaca que o ensino de Língua Portuguesa deve considerar as diferentes concepções de linguagem e os contextos de uso da língua. O professor, como mediador, precisa reconhecer que o livro didático apresenta uma determinada visão de língua e de ensino, que pode ou não estar alinhada às necessidades do grupo com o qual trabalha. Dessa forma, a mediação docente implica uma postura crítica diante do material, evitando sua utilização mecânica e acrítica.

Além disso, o professor desempenha papel fundamental na articulação entre o conteúdo do livro didático e o currículo escolar. Bunzen (2009) ressalta que o livro didático participa da “fabricação” da disciplina escolar Português, organizando saberes e práticas, mas é o professor quem efetivamente constrói a disciplina no cotidiano da sala de aula. Essa construção envolve decisões sobre quais atividades priorizar, quais conteúdos aprofundar e quais estratégias utilizar para promover a aprendizagem.

A mediação do professor também se manifesta na condução das atividades propostas pelo livro didático. Marcuschi (2001) enfatiza que atividades de leitura, escrita e análise linguística devem ser problematizadas e contextualizadas, permitindo que os alunos compreendam os objetivos das práticas linguísticas e reflitam sobre o uso da língua. Sem essa mediação, o livro didático pode se tornar um instrumento de reprodução de exercícios descontextualizados, esvaziando seu potencial formativo.

Portanto, o professor, enquanto mediador do conhecimento, é responsável por transformar o livro didático em um recurso pedagógico significativo, capaz de promover aprendizagens relevantes e de contribuir para a formação linguística e crítica dos estudantes.

5.2 USO CRÍTICO E REFLEXIVO DO LIVRO DIDÁTICO

O uso crítico e reflexivo do livro didático constitui uma das principais exigências para o ensino de Língua Portuguesa na contemporaneidade. Conforme destaca Lajolo (1996), o livro didático deve ser encarado como um objeto cultural e

ideológico, que expressa valores, concepções e interesses específicos. Assim, sua utilização requer uma leitura atenta e problematizadora por parte do professor.

Batista (1999) afirma que o livro didático é um objeto variável e instável, cuja forma e conteúdo são influenciados por fatores históricos, políticos e mercadológicos. Mesmo quando avaliado por programas oficiais, o material não está isento de limitações, contradições e lacunas. Dessa forma, o uso crítico do livro didático implica reconhecer essas características e evitar sua naturalização como verdade absoluta.

No ensino de Língua Portuguesa, o uso reflexivo do livro didático envolve questionar as concepções de linguagem que orientam as atividades propostas. Soares (1998) e Geraldi (1997) alertam para o risco de materiais que, embora apresentem discursos inovadores, mantenham práticas tradicionais, especialmente no ensino de gramática. Cabe ao professor identificar essas contradições e buscar estratégias que promovam uma abordagem mais coerente e significativa.

Rojo (2003) ressalta que o livro didático deve ser utilizado como ponto de partida para o trabalho pedagógico, e não como roteiro rígido a ser seguido. O professor pode, por exemplo, adaptar atividades, propor leituras complementares, explorar diferentes gêneros textuais e incentivar a produção de textos que dialoguem com as práticas sociais dos alunos. Essa postura contribui para um ensino mais dinâmico e contextualizado.

O uso crítico também envolve a análise das representações sociais presentes no livro didático. Estudos como os de Pinto (2001) e Munakata (1998) mostram que os materiais didáticos podem reproduzir estereótipos de gênero, classe social e cultura, reforçando desigualdades e preconceitos. O professor, ao assumir uma postura reflexiva, pode problematizar essas representações, promovendo debates e reflexões em sala de aula.

Além disso, o uso crítico do livro didático está relacionado à autonomia docente. Segundo Bunzen (2009), quando o professor se limita a seguir o livro de forma acrítica, sua prática tende a se tornar engessada e pouco significativa. Por outro lado, ao assumir uma postura investigativa e reflexiva, o docente amplia suas possibilidades de intervenção pedagógica e fortalece seu papel profissional.

Assim, o uso crítico e reflexivo do livro didático não significa rejeitar o material, mas utilizá-lo de forma consciente, reconhecendo suas potencialidades e limites e articulando-o a outras práticas e recursos pedagógicos.

5.3 LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES DO MATERIAL DIDÁTICO

O livro didático, apesar de sua importância no contexto educacional brasileiro, apresenta limitações que precisam ser consideradas pelo professor. Uma das principais limitações refere-se à padronização dos conteúdos e das atividades. Como o livro é produzido para atender a um público amplo e diversificado, muitas vezes não contempla as especificidades regionais, culturais e linguísticas dos alunos (BITTENCOURT, 2003; LAJOLO, 1996).

Outra limitação diz respeito à forma como os conteúdos são organizados. Em muitos livros didáticos de Língua Portuguesa, observa-se uma fragmentação entre leitura, escrita, oralidade e gramática, o que dificulta a construção de uma abordagem integrada do ensino da língua (GERALDI, 1997; RANGEL, 2002). Essa fragmentação pode comprometer a compreensão dos alunos sobre a língua como prática social e discursiva.

Além disso, estudos apontam que o livro didático nem sempre acompanha as transformações sociais e tecnológicas que impactam as práticas de linguagem. Marcuschi (2012) destaca a importância de considerar os gêneros digitais e as novas formas de comunicação, que muitas vezes são pouco exploradas nos materiais didáticos. Essa lacuna exige do professor a busca por recursos complementares que ampliem o repertório linguístico dos alunos.

Apesar dessas limitações, o livro didático também apresenta inúmeras possibilidades pedagógicas. Tagliani (2011) ressalta que, quando utilizado de forma mediada, o material pode favorecer a produção de textos, o desenvolvimento da leitura crítica e a reflexão sobre a língua. O livro didático oferece uma base organizada de conteúdos, que pode servir como referência para o planejamento das aulas.

Outra possibilidade refere-se ao acesso democrático ao conhecimento. Programas como o PNLD garantem que alunos de diferentes regiões do país tenham acesso a materiais didáticos de qualidade, o que contribui para a redução das desigualdades educacionais (BATISTA, 2003). Nesse contexto, o papel do professor é potencializar esse acesso, promovendo práticas pedagógicas inclusivas e significativas.

O livro didático também pode funcionar como instrumento de formação continuada do professor, ao apresentar propostas metodológicas, textos variados e sugestões de atividades. No entanto, essa função só se concretiza quando o docente adota uma postura reflexiva, analisando criticamente as orientações do material e dialogando com sua própria experiência e formação (BUNZEN, 2009).

Dessa forma, as limitações e possibilidades do livro didático estão diretamente relacionadas à atuação do professor. Quando utilizado de forma mecânica, o material tende a reproduzir práticas tradicionais e pouco eficazes. Por outro lado, quando mediado de forma crítica e criativa, o livro didático pode se tornar um aliado importante no ensino de Língua Portuguesa, contribuindo para a formação linguística, crítica e cidadã dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia teve como objetivo analisar o livro didático de Língua Portuguesa no contexto da educação brasileira, considerando sua trajetória histórica, sua relação com as políticas públicas educacionais, as concepções de linguagem que o fundamentam e, sobretudo, o papel do professor na utilização desse material em sala de aula. Ao longo do desenvolvimento do trabalho, foi possível constatar que o livro didático não se configura apenas como um instrumento pedagógico neutro, mas como um objeto cultural complexo, permeado por concepções teóricas, ideológicas e políticas que influenciam diretamente as práticas de ensino e aprendizagem.

A análise histórica do livro didático evidenciou que esse material acompanha as transformações ocorridas no campo educacional e linguístico ao longo do tempo. Desde sua consolidação no sistema escolar brasileiro, o livro didático assumiu funções variadas, ora atuando como transmissor de conteúdos normativos, ora como instrumento de organização curricular e, mais recentemente, como mediador de práticas discursivas e sociais da linguagem. Autores como Lajolo (1996), Bittencourt (2003) e Munakata (1998) demonstram que o livro didático reflete as concepções de ensino vigentes em cada período histórico, revelando permanências e rupturas no modo como a Língua Portuguesa é ensinada na escola.

No que se refere às políticas públicas educacionais, o estudo permitiu compreender a importância do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) como política de democratização do acesso ao material didático. A atuação do PNLD contribuiu significativamente para a ampliação da qualidade dos livros distribuídos às escolas públicas, estabelecendo critérios de avaliação que consideram aspectos pedagógicos, linguísticos e gráficos. No entanto, conforme apontam Batista (2003) e Marcuschi (2012), a avaliação institucional, embora necessária, não elimina as limitações do material, tampouco substitui o papel do professor como sujeito crítico e reflexivo no processo de ensino.

Ao analisar especificamente o livro didático de Língua Portuguesa, verificou-se que as concepções de linguagem presentes nesses materiais passaram por mudanças significativas, sobretudo a partir da incorporação de perspectivas interacionistas e discursivas. A língua deixa de ser concebida exclusivamente como um sistema de regras e passa a ser entendida como prática social, conforme

defendem Geraldi (1997), Soares (1998) e Marcuschi (2001). Essa mudança se reflete na valorização dos gêneros textuais, na ampliação das práticas de leitura e escrita e na proposta de uma abordagem mais reflexiva da gramática, denominada análise linguística.

Entretanto, o estudo também evidenciou que tais avanços não se concretizam de forma homogênea nos livros didáticos. Muitos materiais apresentam uma coexistência de abordagens tradicionais e inovadoras, revelando tensões entre discursos teóricos atualizados e práticas pedagógicas ainda marcadas pelo ensino normativo e fragmentado da língua. Essa constatação reforça a necessidade de uma leitura crítica do livro didático por parte do professor, evitando sua utilização mecânica e acrítica.

Nesse contexto, o papel do professor mostrou-se central para a efetivação de um ensino de Língua Portuguesa significativo e contextualizado. O professor, enquanto mediador do conhecimento, é responsável por interpretar, adaptar e ressignificar o livro didático, articulando-o às necessidades, interesses e realidades socioculturais dos alunos. Conforme destacam Lajolo (1996) e Geraldi (1997), o livro didático deve ser compreendido como um recurso pedagógico, e não como um manual prescritivo que determina rigidamente o trabalho docente.

O uso crítico e reflexivo do livro didático emerge, assim, como condição indispensável para a promoção de práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento da leitura, da escrita e da competência comunicativa dos estudantes. Ao problematizar as propostas do material, o professor contribui para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender e utilizar a língua em diferentes contextos sociais. Além disso, a postura reflexiva do docente possibilita a identificação e a superação de estereótipos, preconceitos e representações excludentes que, por vezes, estão presentes nos materiais didáticos.

As limitações do livro didático, como a padronização dos conteúdos, a fragmentação das práticas linguísticas e a insuficiente abordagem de gêneros digitais e contemporâneos, reforçam a importância de sua utilização articulada a outros recursos pedagógicos. Nesse sentido, o professor desempenha papel fundamental ao ampliar o repertório de textos e práticas, promovendo um ensino de Língua Portuguesa que dialogue com as demandas da sociedade atual e com as experiências dos alunos.

Diante do exposto, conclui-se que o livro didático de Língua Portuguesa continua sendo um instrumento relevante no contexto educacional brasileiro, especialmente por garantir o acesso democrático ao conhecimento. No entanto, sua eficácia pedagógica depende, em grande medida, da atuação do professor, de sua formação teórica e de sua capacidade de utilizar o material de forma crítica, criativa e contextualizada. O fortalecimento da autonomia docente e o investimento em formação continuada mostram-se, portanto, essenciais para que o livro didático cumpra sua função educativa de maneira efetiva.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para ampliar as reflexões sobre o livro didático de Língua Portuguesa, incentivando professores, pesquisadores e futuros docentes a adotarem uma postura investigativa e crítica em relação a esse material. Reconhecer o livro didático como um objeto histórico, cultural e pedagógico complexo é passo fundamental para a construção de práticas de ensino mais conscientes, inclusivas e comprometidas com a formação linguística e cidadã dos estudantes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, O. J. de. **Historiografia, história da educação e pesquisas sobre o livro didático no Brasil**. São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.iptan.edu.br/publicacoes/saberes_interdisciplinares/pdf/revista01/Historiograf.pdf. Acesso em: 8 dez. 2025.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos**. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 1999. p. 529–575.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **A avaliação dos livros didáticos: para entender o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)**. In: BATISTA, A. A. G.; ROJO, Roxane (org.). *Livro didático de Língua Portuguesa, letramento e cultura da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Em foco: história, produção e memória do livro didático**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 471–487, set./dez. 2003.
- BUNZEN, Clécio. **A fabricação da disciplina escolar Português**. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 11, n. 34, p. 885–911, set./dez. 2009.
- CARNEIRO, Maria Helena da Silva; SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; MÓL, Gerson de Souza. **Livro didático inovador e professores: uma tensão a ser vencida**. *Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 7, n. 2, p. 1–18, dez. 2005.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- CHOPPIN, Alain. **O historiador e o livro escolar**. In: BASTOS, Maria Helena Câmara (trad.). *História da Educação*. Pelotas: ASPHE/FaE/UFPeL, 2002. p. 5–22.
- CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549–566, set./dez. 2004.
- CORREA, Rosa Lydia Teixeira. **O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação**. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 20, n. 52, p. 52–63, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n52/a02v2052.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2025.
- DEIRÓ, Maria de Lourdes Chagas. **As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos**. São Paulo: Moraes, 1978.
- DIONÍSIO, Angela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). **O livro didático de português: múltiplos olhares**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

FARIAS, Wladimir Soares de. **Sentidos da língua e do sujeito a ensinar-aprender no Brasil: o discurso da coleção Novo Manual de Língua Portuguesa (1909–1943)**. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57–63, mar./abr. 1995.

LAJOLO, Marisa. **Livro didático: um (quase) manual de usuário**. *Em Aberto*, Brasília, v. 16, n. 69, p. 3–9, jan./mar. 1996.

LOPES, Alice Casimiro. **Currículo e epistemologia**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

MARCUSCHI, Beth. **Livro didático de Língua Portuguesa: políticas públicas e perspectivas de ensino**. In: MILREU, Íris; RODRIGUES, Márcia Candeia (org.). *Ensino de língua e literatura: políticas, práticas e projetos*. Campina Grande: Bagagem/UFCG, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Oralidade e ensino de língua: uma questão pouco “falada”**. In: DIONÍSIO, A. P.; BEZERRA, M. A. (org.). *O livro didático de português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

MIRANDA, Sônia Regina; LUCA, Tânia Regina de. **O livro de História hoje: um panorama a partir do PNLD**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123–144, 2004.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Pesquisa interpretativista em linguística aplicada: a linguagem como condição e solução**. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 329–338, 1994.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Oficina de linguística aplicada**. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

MOLLIER, Jean-Yves. **O manual escolar e a biblioteca do povo**. In: *A leitura e seu público no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNAKATA, Kazumi. **Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil**. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. Bragança Paulista: USF; São Paulo: Contexto, 1998. p. 271–296.

MUNAKATA, Kazumi. **Investigações acerca dos livros escolares no Brasil: das ideias à materialidade**. In: *Memoria del VI Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana*. San Luis Potosí, 2003.

OTA, Ione Aparecida da Silva. **O livro didático de Língua Portuguesa no Brasil.** *Educar*, Curitiba, n. 35, p. 211–221, 2009.

PATRIOTA, Lúcia Maria. **A tradição discursiva livro didático de português: mudanças e permanências ao longo dos séculos XX e XXI.** 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

PFROMM NETTO, Samuel; DIB, Claudio Zaki; ROSAMILHA, Nelson. **O livro na educação.** Rio de Janeiro: Primor/INL, 1974.

PINTO, Ana Maria. **A representação da mulher nos livros didáticos de História.** 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2001.

RANGEL, Egon. **Livro didático de Língua Portuguesa: o retorno do recalcado.** In: DIONÍSIO, A. P.; BEZERRA, M. A. (org.). *O livro didático de português: múltiplos olhares.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 13–20.

RAUPP, Elisangela da Silva. **Texto: movimento de leitura/escrita em redações desclassificadas em concurso vestibular.** 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

RAZZINI, Marcia Paula Gregório. **O livro didático e a memória das práticas escolares.** In: *Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: Formação de Professores.* Brasília: MEC/SEF, 2010. p. 94–102.

REINALDO, Maria Aparecida de Macedo. **A orientação para produção de texto.** In: DIONÍSIO, A. P.; BEZERRA, M. A. (org.). *O livro didático de português: múltiplos olhares.* 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 89–101.

ROJO, Roxane. **O perfil do livro didático de Língua Portuguesa para o ensino fundamental (5ª a 8ª séries).** In: BATISTA, A. A. G.; ROJO, R. (org.). *Livro didático de Língua Portuguesa, letramento e cultura da escrita.* Campinas: Mercado de Letras, 2003.

SANTOS, Cícero Gabriel dos. **Livro didático de português: da proposta teórico-metodológica às adaptações no ensino da escrita.** 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Criticidade e leitura: ensaios.** Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SOARES, Magda. **Concepções de linguagem e o ensino da Língua Portuguesa.** In: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). *Língua Portuguesa: perspectivas de ensino.* São Paulo: PUC-SP, 1998. p. 53–60.

SOARES, Magda. **Português na escola: história de uma disciplina curricular.** In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma.* São Paulo: Loyola, 2002. p. 155–177.

SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda Cavalcanti (org.). **Linguística aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

TAGLIANI, Dulce Cassol. **O livro didático como instrumento mediador no processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa: a produção de textos**. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 2011.

WITZEL, Douglas Gonsales. **Identidade e livro didático**. Disponível em: <https://www.ple.uem.br/defesas/pdf/dgwitzel.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2025.